Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

As eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (5 de Novembro de 2024)

http://hdl.handle.net/11067/8188
https://doi.org/10.34628/82VV-PE84

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Presidentes - Estados Unidos - Eleições - 2024
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 10 (Julho-Dezembro 2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-31T17:19:53Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

As eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (5 de Novembro de 2024)

Ricardo Leite Pinto[1]
DOI: https://doi.org/**********

1. Introdução

As eleições presidenciais norte americanas de 2024 constituíram, a justo título, mais um capítulo da saga eleitoral que desde 2016 anima a vida política norte-americana desde a irrupção de Donald Trump e do seu movimento "Make America Great Again" (MAGA) nas eleições presidenciais desse ano. Como se sabe, Trump havia ganho a competição eleitoral de 2016 face a Hilary Clinton, mas perderia quatro anos depois, em 2020, para Joe Biden (Joseph Biden). Esta última eleição suscitou inúmeras controvérsias alimentadas pelo negacionismo de Trump relativamente aos resultados eleitorais, no que veio a ser acompanhado pela generalidade dos políticos veiculados ao Partido Republicano. Dos vários acontecimentos que antecederam a formalização da vitória eleitoral de Biden o mais relevante e grave do ponto de vista da ameaça que constituiu à democracia americana , foi o violento assalto ao Capitólio, a 6 de Janeiro de 2021, justamente no dia em que o último passo do complexo e longo processo eleitoral para a escolha do Presidente e Vice-Presidente iria ser (e foi) dado, ou seja, a formalização e validação da votação expressa pelos grandes eleitores em cada um dos Estados Federados e no Distrito de Colúmbia[2].

Contudo, o acto eleitoral de 2024 foi antecedido de um conjunto de acontecimentos, uns de natureza política e outros judiciais, que carecem de ser sucintamente referenciados, para melhor se entender o resultado final das eleições e o seu significado político. Alguns desses acontecimentos são ainda o corolário das tentativas de Trump em impedir ou reverter a vitória de Biden em 2020, outras, o resultado de procedimentos criminais, fora da órbita política e outros ainda, resultam das circunstâncias extraordinárias que levaram à substituição de Biden, que se havia apresentado como candidato natural à sua reeleição, pela sua vice-Presidente, Kamala Harris.

De tudo isto podem desde já recensear-se algumas originalidades e primícias associadas à eleição.

Desde logo ter sido Trump, com 77 anos, o mais idoso dos Presidentes eleitos à data da sua designação. Depois, ser também o primeiro Presidente objecto de uma condenação criminal se bem que sem a concreta determinação da pena aplicada. Mas tal pecularidade processual não isenta Trump de ostentar o pouco abonatório labelo de "convicted felon". Falamos é claro do processo que lhe foi movido pela actriz de filmes pornográficos Stormy Daniels[3].

2. A situação de Donald Trump perante a justiça: o Supremo ultrapassa a hipotética inegibilidade do candidato republicano e transforma o Presidente num Rei com poderes absolutos

Aquando do anúncio de Trump da sua candidatura a um novo mandato presidencial, ocorrida logo depois das chamadas "mid term elections", realizadas em Novembro de 2022, não era clara a verdadeira dimensão das múltiplas implicações judiciais associadas ao candidato republicano, no essencial conexas às suas tentativas de impedir ou reverter a vitória de Biden em 2020/2021. Mas algumas delas, apesar de tudo alheias a esse condicionalismo, não deixavam de ter por centro implicações políticas, como foi o caso do litígio com Stormy Daniels, antes referido, que acabou por se transformar numa discussão em torno do financiamento ilegal da campanha política de Trump em 2016 ou, em outra perspectiva, o desvio de documentos oficiais depositados na Casa Branca e encontrados na casa do ex-Presidente, que também acabou por ter uma inequívoca valoração política.

Ora, em Dezembro de 2023 o Supremo Tribunal do Estado do Colorado decidiu que o nome de Donald Trump não deveria aparecer nos boletins de voto das primárias republicanas desse Estado, já que Trump se havia desqualificado para o exercício do cargo de Presidente dos EUA à luz da secção 3 do 14º Aditamento à Constituição dos EUA, aditamento aprovado em 1868. A questão, se bem que discutida academicamente desde 2023, e com bons argumentos em favor da tese defendida pelo tribunal do Colorado, nunca havia sido ponderada judicialmente a propósito da candidatura do republicano.

1 Investigador Integrado do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA-UL)

2 Sobre as eleições presidenciais de 2020 e os vários e inéditos acontecimentos que ocorreram antes e depois do acto eleitoral, ver Ricardo Leite Pinto, As eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (3 de Novembro de 2020). *POLIS*, II série, nº 2. Julho-Dezembro de 2020, pp. 239-249.

3 A decisão condenatória de Trump neste processo envolveu a intervenção do Supremo Tribunal, ocorrida na sua fase última fase, ou seja, na véspera da decisão final, em Janeiro de 2025. Na verdade, Trump tentou adiar tal passo, sob o argumento de que tendo sido entretanto eleito Presidente se bem que ainda não tivesse sido empossado, a divulgação da sentença condenatória provocaria "disrupção" no processo de transição presidencial. Contudo, o Juiz nova iorquino encarregue do processo já havia determinado que a sentença se traduziria numa "unconditional discharge" ou seja não envolveria prisão, multas ou liberdade condicional ("probation"), decisão essa que foi confirmada pelos Tribunais superiores do Estado de Nova Iorque. Em face da natureza da anunciada decisão, o Supremo, por 5 votos contra 4, rejeitou o recurso dos Advogados de Trump. Cf. https://www.supremecourt.gov/orders/courtorders/010925zr_2d8f.pdf

Ora, a norma invocada pelos juízes do Colorado proíbe que qualquer pessoa possa exercer e desde logo candidatar-se a qualquer cargo civil ou militar na Federação ou nos Estados, desde logo o cargo de Presidente dos EUA se, após ter realizado o solene juramento de respeitar a Constituição dos EUA, subsequentemente decidir empenhar-se em insurreição ou rebelião contra os Estados Unidos. Trump recorreu da decisão do tribunal superior do Colorado para o Supremo, o qual na véspera das eleições primárias dos republicanos nesse Estado, em Março de 2024, decidiu por unanimidade – acórdão Trump vs. Anderson [4] -que a orientação da secção 3 do 14º Aditamento só poderia aplicar-se a candidatos a cargos federais ou estaduais, após ter sido aprovada legislação no Congresso que conferisse exequibilidade a tal norma. Um ponto de vista discutível, sem dúvida, mas decisivo para que Trump pudesse iniciar a sua caminhada até à Casa Branca aparentemente sem surpresas.

Ocorre que as acusações de foro criminal, quase todas relacionadas com as várias tentativas para impedir a vitória de Joe Biden ou de a reverter começaram a escalar no complexo sistema de recursos norte-americanos, que tem sempre de considerar a dimensão estatal e a dimensão federal, antes de chegar ao Supremo, ameaçando a candidatura de Trump. Eram fundamentalmente 4 as acusações formuladas directa o indirectamente contra Trump, nesse contexto:

a) participação numa conspiração para criar listas fraudulentas de "grandes eleitores" em determinados "swing states";
b) pressionar o Secretário de Estado competente para as questões eleitorais na Georgia para "procurar" votos suficientes que permitissem a Trump ganhar as eleições nesse Estado;
c) pressionar o Vice-Presidente Mike Pence, que se preparava para a cerimónia formal que usualmente se realiza na sala do Congresso com a presença de ambas as câmaras, relativa à contagem dos votos eleitorais, no dia 6 de Janeiro de 2021, para alterar a contagem oficial e, finalmente;
d) ter-se recusado a instruir os manifestantes violentos que nesse dia e hora invadiram o Capitólio, a susterem as suas acções (que causaram vários mortos e muitos feridos) e a abandonarem o edifício.

Importa ainda dizer, que os comportamentos usurpadores e conspirativos de Trump mostram-se largamente documentados no Relatório[5] elaborado por uma Comissão Especial criada em Julho de 2021 na Câmara dos Representantes com a participação de eleitos do Partido Democrata e do Partido Republicano, a "Selected Committee to Investigate the January 6th Attack on the United States Capitol". Nesta matéria importa também recordar que, por forma a sistematizar e tornar processualmente objectivas e claras, as acusações de natureza penal contra Trump, o Atorney General dos EUA designou o Procurador Jack Smith como "special counsel" para tais funções. O labor de Jack Smith, iniciado em Novembro de 2022, permitiu compilar as acusações contra Trump, não só no domínio do assalto ao Capitólio, como também quanto ao acesso indevido a documentos classificados, ilegalmente transportados para a residência de Trump na Florida.

É neste contexto e com o aproximar do início da campanha eleitoral para as eleições de 2024, que um tribunal de recurso do Distrito de Columbia, em resposta a um dos muitos pedidos dilatórios de Trump, determina não beneficiar aquele de qualquer imunidade pelos actos por si cometidos, enquanto Presidente, no fim do seu mandato, podendo ser julgado e condenado por isso. Como os advogados de Trump tivessem interposto recurso para o Supremo deste último acórdão, o Supremo apressou-se a pronunciar-se sobre o tema, certamente ponderando o transtorno que poderia criar-se por uma decisão em plena campanha eleitoral ou, até mesmo depois do acto eleitoral. A decisão foi tomada por 6 votos contra 3 tendo sido manifesta a separação político-ideológica entre os juízes, já que os 3 votos vencidos, foram dos juízes progressistas ou liberais e os restantes 6, da maioria conservadora, alguns deles nomeados pelo próprio Trump durante o seu mandato. A orientação do aresto – Trump vs United States[6] – altera uma das ideias políticas com respaldo histórico e mais consolidadas nos EUA: a "de que não há reis na América". A jurisprudência do Supremo entendeu contudo que o estatuto do Presidente eleito, se aproxima de um monarca absoluto, de forma a que a sua imunidade é total relativamente ao exercício dos actos oficiais e, em concreto, os que recaem na sua "conclusive and reclusive" autoridade constitucional. A aplicação prática deste princípio –, quando valorada à luz das acusações criminais concretas formuladas por Jack Smith (que, entre outros, acompanha os factos apurados e documentados no Relatório da Comissão Especial) permite concluir, por exemplo, que as tentativas de Trump junto do seu Vice-Presidente para alterar fraudulentamente os resultados eleitorais ou as discussões de Trump com funcionários do Ministério da Justiça para investigar as alegadas fraudes eleitorais, estão protegidas pelo manto da imunidade que impede o Presidente de ter de fazer face a desagradáveis procedimentos criminais. Até mesmo, pasme-se, os "tweets" e as comunicações que no dia 6 de Janeiro de 2021, explicita e publicamente aprovaram e incentivaram o assalto ao Capitólio, são considerados actos oficiais inatacáveis já que se podem considerar como o exercício "do extraordinário poder que o Presidente possui para falar aos seus concidadãos".

Haverá que reconhecer que estes dois arestos do Supremo abriram definitivamente o caminho para que a candidatura de Trump se pudesse concentrar, sem receios, no combate ao seu adversário, sem o fantasma de inopinados procedimentos criminais, com resultados imprevisíveis, a correrem em tempo de campanha eleitoral.

3. Nomeação dos candidatos: a substituição de Biden por Harris

Para mais o adversário de Trump previsto e que deveria surgir nos boletins de voto, o presidente cessante Joe Biden, acabou por ser substituído em mais uma reviravolta surpreendente e inédita na história das eleições presidenciais norte-americanas. Na verdade, como Biden se mostrasse física e mentalmente diminuído no primeiro dos previstos

4 Cf. https://www.supremecourt.gov/opinions/23pdf/23-719_19m2.pdf. Note-se que apesar da unanimidade, 3 dos juízes ditos "liberais" ou " progressistas", emitiram declarações de voto que mais parecem votos de vencido do que votos concorrentes, chamando a atenção, entre outros aspectos, para a orientação consolidada que entende serem os Aditamentos resultantes do fim da guerra civil (o 14º está nesse grupo) exequíveis por si próprios, não necessitando de legislação do Congresso para se tornarem imediatamente operativos.

5 Cf. https://www.govinfo.gov/collection/january-6th-committee-final-report?path=/GPO/January%206th%20Committee%20Final%20Report%20and%20Supporting%20Materials%20Collection

6 Cf. https://www.supremecourt.gov/opinions/23pdf/23-939_e2pg.pdf

debates televisivos pré eleitorais com Trump, realizado em Junho de 2024, acabou por desistir da corrida eleitoral, sob pressão da comunicação social e de muitos dos seus correlegionários e fazer-se substituir pela sua Vice Presidente e candidata agora a Presidente, Kamala Harris. Tratou-se da primeira mulher negra e asiático-americana a candidatar-se a Presidente dos EUA na história das nomeações presidenciais quer do Partido Democrata quer do Partido Republicano.

O processo que formalmente validou esta alteração também primou pelo ineditismo. Como se tornava necessário assegurar o nome da nova candidata a Presidente e do candidato a Vice-Presidente, nos boletins de votos do Estado do Ohio, cujo prazo terminava a 7 de Agosto de 2024, realizou-se uma votação virtual dos delegados à Convenção do Partido Democrata, os quais pela expressiva maioria de 99,9 % dos votos aprovaram o novo "ticket" presidencial[7].

Entretanto a escolha do candidato a Vice-Presidente veio a recair no Governador do Estado do Minnesota, Tim Walz. A nomeação de Harris foi bem recebida pelos militantes do Partido Democrata e, também, aparentemente, pela sociedade civil, sendo certo que algumas das sondagens passaram a dar-lhe uma muito ligeira vantagem sobre Trump, sem prejuízo de outras manterem o avanço, também ele escassíssimo, do republicano[8]. Contudo as recolhas de fundos atingiram mais de 1 bilião de dólares nas primeiras semanas após a sua nomeação.

4. Participação Eleitoral: voto pessoal e voto postal [9]

Pese embora as questões suscitadas por Trump na tentativa de anular as eleições de 2020, boa parte delas em torno da utilização do voto postal nas eleições presidenciais, a verdade é que o "e-mail voting" bateu o record nestas eleições com 88.380.679 cidadãos a utilizarem esse método de voto (destas vez com o silêncio de Trump e dos seus apoiantes) o que significa que quase metade dos americanos votantes utilizaram o voto postal.

5. Vitória de Trump: "landslide election"?

A participação eleitoral em 2024 foi uma das mais expressivas na História das Eleições presidenciais[10]. Na verdade mais de 155 milhões de americanos votaram, o que constitui o segundo maior valor de participação eleitoral apenas suplantado ,em termos absolutos, pela apurado nas eleições de 2020. A vitória de Trump foi, sem dúvida, expressiva. Se bem que algumas sondagens, como vimos, tenham antecipado a vitória da candidata democrata, a verdade é que foi o candidato republicano a ganhar. E é um facto que a amplitude da vitória de Trump por confronto com Kamala Harris, esteve longe de ter sido vaticinada pelas novas "sibilas" eleitorais.

Entre as razões factuais para a vitória de Trump e em particular para verdadeira expressão eleitoral de tal vitória salientamos:

a) Obteve mais votos eleitorais (312-226), sendo certo que nesse aspecto, quase que se inverteu o resultado global da eleição de 2020 onde Biden obteve 306 votos eleitorais e Trump 232;
b) Registaram-se mais votos populares em Trump do que em Kamala Harris, sendo certo que tal realidade está longe de ser regra sem excepção como ocorreu justamente na eleição que proporcionou o primeiro mandato de Trump, em 2016, com mais cerca de 2.800.000 votos favoráveis a Hilary Clinton;
c) A expressão dos votos populares obtida por Trump, cerca de 2,5 milhões mais do que Harris é significativa embora longe do record dobtido por Biden em 2020 (81.284.778);
d) Importa ainda referir que Trump, com uma única excepção (Michigan, 49,64%) ganhou todos os restantes 31 Estados com voto popular superior a 50% dos votos validamente expressos, embora os Estados ganhos por Harris o tenham sido todos por margens superiores a 50%;
e) Esta realidade traduz o reforço da bipolarização e o desaparecimento de terceiros candidatos nas presidenciais; na verdade os restantes candidatos obtiveram resultados inexpressivos (no máximo 4.05% de votos no Alaska por exemplo) ao invés do que ocorreu nas eleições de 2016 onde alguns candidatos independentes ou apoiados por pequenos partidos chegaram a ultrapassar em alguns Estados os 10,5% de votos;
f) No fundo a alteração da dinâmica eleitoral que permitiu a vitória de Trump reconduz-se à mudança de sentido de voto em 6 Estados (apelidados de "swing states" dadas justamente as suas oscilações eleitorais), a saber, Arizona, Georgia, Michigan, Nevada, Pennsylvania e Wisconsin).

Contudo, Trump não alcançou uma vitória esmagadora, ou na expressão utilizada nos EUA, uma "lanslide victory". Qualquer que seja o sentido da expressão, que não é pacífico na ciência política, o que só por si lhe retira boa parte da utilidade heurística, os resultados do republicano ao nível dos votos eleitorais conquistados está abaixo das votações obtidas, por exemplo, por Reagan (525), Clinton (379) ou Obama (365). Estes últimos dados aliás, se considerarmos que a eleição americana são no fundo 51 eleições – uma em cada Estado e mais uma no Distrito de Columbia – em que quem ganha arrebata todos os votos eleitorais (com excepção de Maine e Nebraska) e não uma única eleição nacional, apontam para uma expressiva vitória trumpiana mas não um "landslide"[11]. A votação popular em Trump por confronto com Harris foi a que registou a 5ª percentagem mais reduzida em 32 eleições presidenciais desde 1900, o que significa que em termos históricos a vitória de Trump nos votos populares foi escassa. É claro que do ponto de vista político mais amplo a agregação dos resultados eleitorais para o Senado e a Camara dos Representantes que também tiveram eleições a 5 de Novembro, dão – nos um outro retrato, já que o Partido republicano ganhou essas três eleições, deixando assim pouco espaço para uma oposição política mais activa dos democratas nos próximos tempos.

7 Cf. https://www.theguardian.com/us-news/article/2024/jul/24/dnc-democrats-kamala-harris-nomination
8 CF. https://www.bbc.com/news/articles/cj4x71znwxdo
9 Cf. https://www.cfr.org/article/2024-election-numbers
10 Cf. https://election.lab.ufl.edu/2024-general-election-turnout/
11 Cf. Ted Sikari, "Was the 2024 US Election a truly a landslide victory for Donald Trump?" https://rsis.edu.sg/rsis-publication/rsis/was-the-2024-us-election-truly-alandslide-win-for-donald-trump/

OFFICIAL 2024 PRESIDENTIAL GENERAL ELECTION RESULTS

General Election Date: 11/05/2024

Source: State Elections Offices*

STATE	ELECTORAL VOTES	ELECTORAL VOTES CAST FOR DONALD J. TRUMP (R)	ELECTORAL VOTES CAST FOR KAMALA D. HARRIS (D)
AL	9	9	
AK	3	3	
AZ	11	11	
AR	6	6	
CA	54		54
CO	10		10
CT	7		7
DE	3		3
DC	3		3
FL	30	30	
GA	16	16	
HI	4		4
ID	4	4	
IL	19		19
IN	11	11	
IA	6	6	
KS	6	6	
KY	8	8	
LA	8	8	
ME	4	1	3
MD	10		10
MA	11		11
MI	15	15	
MN	10		10
MS	6	6	
MO	10	10	
MT	4	4	
NE	5	4	1
NV	6	6	
NH	4		4
NJ	14		14
NM	5		5
NY	28		28
NC	16	16	
ND	3	3	
OH	17	17	
OK	7	7	
OR	8		8
PA	19	19	
RI	4		4
SC	9	9	
SD	3	3	
TN	11	11	
TX	40	40	
UT	6	6	
VT	3		3
VA	13		13
WA	12		12
WV	4	4	
WI	10	10	
WY	3	3	
Total:	**538**	**312**	**226**

Total Electoral Votes Needed to Win = 270

Fontes: Official 2024 Presidential Elections Results. State Elections Offices, State Certificates of Vote, US National Archives and Record Administration. Federal Election Commission. www.fec.gov/resources/ComS-content/documents/2@apresresult.pdf

OFFICIAL 2024 PRESIDENTIAL GENERAL ELECTION RESULTS

General Election Date: 11/05/2024

Source: State Elections Offices*

STATE	AYYADURAI	BOWMAN	DE LA CRUZ	DUNCAN	EBKE
AL					
AK					
AZ	*77*		*689*		
AR					
CA			72,539		
CO	*15*		*905*		
CT	*21*		*264*		
DE	*4*		*87*		
DC					
FL	*199*		11,969		
GA	*37*	*30*			
HI			1,940		
ID	514		1,230		
IL	*42*		*2,877*		
IN			*832*		
IA	424		1,427		
KS					
KY	1,015	*10*	*391*		
LA			1,481		
ME					
MD	*31*		*1,136*		
MA	18,418		12,889		
MI		*4*	*458*		
MN	2,885		2,996		
MS	688		1,075		
MO	*34*		*618*		
MT	*21*				
NE					
NV					
NH					
NJ			5,105		
NM			2,442		859
NY	*134*		*6,327*		
NC	*30*		*528*		
ND					
OH	*74*	*7*	*1,794*	12,805	
OK					
OR					
PA					
RI			1,176		
SC			3,059		
SD					
TN		5,865	3,457		
TX	*433*		*2,374*		
UT		*59*	3,189		
VT	*8*		1,710		
VA			8,408		
WA	3,323		8,695		
WV	*10*		*73*		
WI			2,035		
WY					
Total:	**28,437**	**5,975**	**166,175**	**12,805**	**859**
Percentage:	**0.02%**	**0.00%**	**0.11%**	**0.01%**	**0.00%**

OFFICIAL 2024 PRESIDENTIAL GENERAL ELECTION RESULTS

General Election Date: 11/05/2024

Source: State Elections Offices*

STATE	EVERYLOVE	FRUIT	GARRITY	HARRIS	HUBER	KENNEDY
AL				772,412		12,075
AK				140,026		5,670
AZ				1,582,860		
AR				396,905		13,255
CA				9,276,179		197,645
CO			*30*	1,728,159	2,196	35,623
CT				992,053		8,448
DE				289,758		4,636
DC				294,185		2,778
FL				4,683,038		
GA				2,548,017		
HI				313,044		
ID				274,972		12,812
IL				3,062,863		80,426
IN				1,163,603		29,325
IA				707,278		13,122
KS				544,853		16,322
KY				704,043		16,769
LA		361		766,870		6,641
ME				435,652		
MD				1,902,577		28,819
MA				2,126,518		
MI				2,736,533		26,785
MN		457	*3*	1,656,979		24,001
MS				466,668		5,387
MO				1,200,599		
MT				231,906		11,825
NE				369,995		
NV				705,197		
NH				418,488		
NJ		1,277		2,220,713		23,479
NM				478,802		9,553
NY			*108*	4,619,195		
NC				2,715,375		
ND				112,327		
OH			*13*	2,533,699		
OK			5,143	499,599		16,020
OR				1,240,600		33,733
PA				3,423,042		
RI				285,156		5,045
SC				1,028,452		
SD				146,859		7,204
TN		988		1,056,265		21,535
TX				4,835,250		
UT	2,653			562,566		
VT		211		235,791		5,905
VA				2,333,778		
WA		824		2,245,849		54,868
WV				214,309		8,947
WI				1,668,229		17,740
WY				69,527		
Total:	**2,653**	**4,118**	**5,297**	**75,017,613**	**2,196**	**756,393**
Percentage:	**0.00%**	**0.00%**	**0.00%**	**48.32%**	**0.00%**	**0.49%**

OFFICIAL 2024 PRESIDENTIAL GENERAL ELECTION RESULTS

General Election Date: 11/05/2024

Source: State Elections Offices*

STATE	KISHORE	OLIVER	PRESTON	SKOUSEN	SONSKI	STEIN
AL		4,930				4,319
AK		3,040			702	2,342
AZ		17,898		*53*		18,319
AR		5,715			2,141	4,275
CA		66,662			*2,939*	167,814
CO		21,439			*910*	17,344
CT		6,729			*162*	14,281
DE		2,038			*98*	*914*
DC						
FL		31,972			7,454	43,155
GA		20,684			*730*	18,229
HI		2,733			936	4,387
ID		4,462		1,577	*242*	2,973
IL	*12*	*3,510*			*1,391*	*31,023*
IN		20,425			*1,347*	
IA		7,218				
KS		7,614				
KY	*8*	6,422			*611*	7,566
LA		6,835	2,857		2,240	7,138
ME		5,286				8,967
MD	*12*	15,570			*1,012*	33,134
MA		17,735			*280*	26,545
MI	2,330	22,440			*1,212*	44,607
MN	*1*	15,155			*882*	16,275
MS		2,536			1,007	1,873
MO		23,876			*1,069*	17,135
MT		4,275				2,878
NE		6,399				2,887
NV		6,059		2,754		
NH		4,425				3,680
NJ	1,371	10,500				39,041
NM		3,745				4,611
NY		*5,338*			*1,544*	*46,698*
NC		22,125				24,762
ND		6,227				
OH		28,200			10,197	
OK		9,198				
OR		9,061				19,099
PA		33,318				34,538
RI		1,617				2,900
SC		12,669				8,117
SD		2,778				
TN						8,967
TX		68,557			*3,780*	82,701
UT		16,902		8,402	*441*	8,222
VT		1,828			*49*	*893*
VA		19,802				34,880
WA	917	16,428				29,754
WV		3,047			*63*	2,531
WI		10,511			*561*	12,275
WY		4,193				
Total:	**4,651**	**650,126**	**2,857**	**12,786**	**44,000**	**862,049**
Percentage:	**0.00%**	**0.42%**	**0.00%**	**0.01%**	**0.03%**	**0.56%**

OFFICIAL 2024 PRESIDENTIAL GENERAL ELECTION RESULTS

General Election Date: 11/05/2024

Source: State Elections Offices*

STATE	STODDEN	SUPREME	TERRY	TRUMP	WELLS
AL				1,462,616	
AK			812	184,458	
AZ				1,770,242	
AR				759,241	
CA				6,081,697	
CO			3,522	1,377,441	
CT				736,918	
DE		914		214,351	
DC				21,076	
FL			5,834	6,110,125	
GA				2,663,117	
HI				193,661	
ID			1,026	605,246	
IL				2,449,079	
IN				1,720,347	
IA	361			927,019	
KS				758,802	
KY				1,337,494	
LA			1,424	1,208,505	
ME				377,977	
MD	*3*			1,035,550	
MA				1,251,303	
MI			6,509	2,816,636	
MN				1,519,032	
MS			1,030	747,744	
MO				1,751,986	
MT				352,079	
NE				564,816	
NV				751,205	
NH				395,523	
NJ			3,024	1,968,215	
NM				423,391	
NY				3,578,899	
NC			6,863	2,898,423	
ND				246,505	
OH				3,180,116	
OK				1,036,213	
OR			1,850	919,480	
PA				3,543,308	
RI				214,406	359
SC			5,352	1,483,747	
SD				272,081	
TN				1,966,865	
TX				6,393,597	
UT				883,818	
VT		*7*	*4*	119,395	
VA				2,074,097	
WA				1,530,923	
WV				533,556	
WI			4,044	1,697,626	
WY				192,633	
Total:	**364**	**921**	**41,294**	**77,302,580**	**359**
Percentage:	**0.00%**	**0.00%**	**0.03%**	**49.80%**	**0.00%**

OFFICIAL 2024 PRESIDENTIAL GENERAL ELECTION RESULTS

General Election Date: 11/05/2024

Source: State Elections Offices*

STATE	STODDEN	SUPREME	TERRY	TRUMP	WELLS
AL				1,462,616	
AK			812	184,458	
AZ				1,770,242	
AR				759,241	
CA				6,081,697	
CO			3,522	1,377,441	
CT				736,918	
DE		914		214,351	
DC				21,076	
FL			5,834	6,110,125	
GA				2,663,117	
HI				193,661	
ID			1,026	605,246	
IL				2,449,079	
IN				1,720,347	
IA	361			927,019	
KS				758,802	
KY				1,337,494	
LA			1,424	1,208,505	
ME				377,977	
MD	*3*			1,035,550	
MA				1,251,303	
MI			6,509	2,816,636	
MN				1,519,032	
MS			1,030	747,744	
MO				1,751,986	
MT				352,079	
NE				564,816	
NV				751,205	
NH				395,523	
NJ			3,024	1,968,215	
NM				423,391	
NY				3,578,899	
NC			6,863	2,898,423	
ND				246,505	
OH				3,180,116	
OK				1,036,213	
OR			1,850	919,480	
PA				3,543,308	
RI				214,406	359
SC			5,352	1,483,747	
SD				272,081	
TN				1,966,865	
TX				6,393,597	
UT				883,818	
VT		*7*	*4*	119,395	
VA				2,074,097	
WA				1,530,923	
WV				533,556	
WI			4,044	1,697,626	
WY				192,633	
Total:	**364**	**921**	**41,294**	**77,302,580**	**359**
Percentage:	**0.00%**	**0.00%**	**0.03%**	**49.80%**	**0.00%**